

# 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica, por Carla Gisele Batista

*À lembrança de Lurdinha Rodrigues*

[\(Folha-PE, 29/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Ontem, 28 de agosto, Ana Carla da Silva Lemos, trouxe a público o seu estudo “Movimentos de Lésbicas de Pernambuco: uma etnografia feminista a partir do ativismo lésbico”. Aprovado pela banca de mestrado, no Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPE, o trabalho é uma importante e original contribuição para resgatar a organização do movimento lésbico em Pernambuco, no Brasil, na América Latina. Inspirada pelo que considero uma conquista a ser comemorada por todos os movimentos sociais, e remetendo à minha formação em História, pensei na coluna desta semana.

Em 2011 fiz uma longa entrevista\*\* com Maria de Lourdes Alves Rodrigues. Mais conhecida como Lurdinha Rodrigues, ela foi uma queridíssima e valiosa companheira de militância que nos deixou precocemente em 2015, quando atuava como Coordenadora Geral de Diversidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. MULHERES EM MOVIMENTO neste 29 de agosto, data referência do mês dedicado à visibilidade lésbica, quer homenagear e resgatar, a partir de Lurdinha - que fez e transformou a História - lembranças recentes da trajetória do movimento de lésbicas, acreditando que a leitura do passado pode sempre nos fortalecer, se olharmos pra ele de forma atenta e generosa.

Com a palavra, Lurdinha Rodrigues. Presente!

“(...) tenho 51 anos... trabalho atualmente (2011) no Instituto Patrícia Galvão e a minha militância política tem se dado na Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e espaços

diversos da política, mas sempre representando a LBL, como, por exemplo, no Conselho Nacional de Saúde, na Frente Paulista pelo Direito à Comunicação e por Liberdade de Expressão. Já atuei nas Jornadas pelo

Direito ao Aborto Legal e Seguro representando a LBL... também participei da construção da Frente contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, representando a LBL, enfim... “.

“(...) eu comecei na atividade política no Movimento secundarista, em plena ditadura militar... Eu entrei em contato com a política por intermédio de pessoas que tinham a militância no movimento secundarista, isso em Jundiaí. Quando eu fui para São Paulo, voltei para São Paulo, eu entrei em um partido político, tinha 17 anos e conheci algumas companheiras feministas como a Amelinha Teles que fazia matérias para o Jornal Brasil Mulher e me entrevistou na época, porque quando eu voltei para São Paulo eu mudei totalmente a minha vida. Estava me preparando para prestar vestibular, eu queria fazer psicologia e eu abandonei tudo isso quando me pediram para ir para o Movimento Operário. Eu fui para uma fábrica têxtil, eu peguei sinusite, fui para o sindicato (risos) dos têxteis e desse lugar de operária eu construí a minha militância muito próxima do movimento feminista porque o feminismo estava se reorganizando”.

“Teve o ano internacional da mulher em 1975 e em 1978 teve o Congresso da Mulher Paulista que eu participei representando o sindicato dos têxteis e tive contato com muitas feministas. Mas a que teve uma importância na minha formação foi a Amelinha Teles. E a gente começou a discutir a criação de uma entidade de mulheres mais emancipacionista, porque na época nós éramos ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Eu fui expulsa em 1987 do PCdoB exatamente pela questão da ética, dos ideais feministas, enfim... que tiveram muitos enfrentamentos. Fomos expulsas juntas aliás, eu e a Amelinha e a Terezinha, as três “inhas” (risos)”.

“Então em 1981 nós fundamos a União de Mulheres de São Paulo e eu fui me aproximando cada vez mais da discussão das mulheres. Eu ainda não tinha me descoberto lésbica, apesar de... enfim, de perceber algumas diferenças, mas em 1980, na década de 1980 a questão da sexualidade não era tão visível, tão discutida como hoje. Eu acho que o movimento feminista teve um papel muito importante no debate público sobre a questão da sexualidade, sobre a questão da orientação sexual, na construção de muitos agrupamentos de lésbicas”.

“(...) A criação da Liga Brasileira de Lésbicas se deu em 2003. A Liga foi fundada em janeiro de 2003 no Fórum Social Mundial, mas a estruturação, a organização da LBL aconteceu mesmo em junho de 2003 durante o 5º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) que aconteceu em São Paulo. Eu estava na organização e acabei me aproximando dessa discussão e estou nela até hoje. Então, a partir de 2003 as lésbicas tiveram um espaço nacional de articulação com uma diretriz feminista diferente de boa parte dos espaços anteriores. Acho que vale um parêntesis: as lésbicas em sua maioria sempre estiveram organizadas mais no âmbito do Movimento LGBT e era já antiga essa reivindicação, essa pauta de construção de uma articulação nacional das lésbicas. Então a Liga vem para suprir esse desejo, essa necessidade das lésbicas terem uma articulação nacional”.

“E em 2004 nós tivemos o Primeiro Encontro Nacional da LBL que definiu princípios e bandeiras. (...) A Liga, desde a sua criação tem uma identidade que vem se consolidando cada vez mais que é: participa da Liga quem de fato está a fim de mudar o mundo não só para conquistar a livre orientação sexual, mas um mundo sem machismo, sem racismo, sem exploração do capital, enfim... então esses são alguns dos princípios que foram deliberados do Primeiro Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas que aconteceu em novembro de 2004 em São Paulo, um ano e pouquinho depois da criação da LBL. E essa carta de princípios que foi deliberada no Primeiro Encontro da LBL, ela é a condição para fazer parte da Liga, então a gente tem também um processo de formação permanente, né... formação política, formação feminista

para que as companheiras que participam ou que queiram participar venham também nessa perspectiva de mudança da sociedade para uma sociedade onde as mulheres heterossexuais, homossexuais, bissexuais sejam tratadas com igualdade de direitos, na lei e na prática”.

“(Nesse encontro) nós decidimos participar das Conferências de políticas para as mulheres desde as conferências municipais, as Conferências estaduais e fomos numa delegação nacional da LBL para a Primeira Conferência Nacional de Política para as Mulheres (2004). O que aconteceu é que lá nós fizemos várias reuniões das lésbicas para discutir nossa pauta

específica para a Conferência e atuamos junto com as feministas, com as delegadas feministas, na defesa de várias propostas”.

“A atuação das lésbicas na Iª Conferência já foi uma atuação bastante significativa, saindo nos Anais da Conferência, com fotos, a gente fazendo reunião, enfim... foi muito, muito significativa a nossa presença lá. (...) Nós tivemos em 2006 uma conquista importante que foi a inclusão da cadeira para o segmento de lésbicas dentro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que apesar de ter sido criado em 1985, as lésbicas nunca tinham tido um assento enquanto lésbicas no CNDM. Nós tivemos, aliás, duas conquistas em 2006: o assento no CNDM e o assento no Conselho Nacional de Saúde para o segmento LGBT, que foi ocupado por uma lésbica da LBL”.

“Então nós chegamos na Conferência em 2007 (2ª CNPM) muito mais organizadas, muito mais visíveis (...) a gente conquistou a inclusão de um eixo no IIº Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que é o eixo 9, que é o combate ao racismo, à lesbofobia e ao machismo.

(Em 2011) Então assim, tem que avaliar por um lado há um avanço do fundamentalismo e uma onda de intolerância que não é no Brasil, é no planeta. Haja

visto as últimas notícias em vários países,... asiáticos, enfim... Uma onda de fundamentalismo muito forte! As primeiras prejudicadas com isso são as mulheres, né!?! “.

**Para finalizar, ofereço a você a música Vambora, com a Adriana Calcanhoto:**

\*\* Editada, sem retirar declarações dos contextos. A entrevista era muito mais larga e tratava de outros temas.

*Por Carla Gisele Batista*

---

# Mês da Visibilidade Lésbica: ‘Ficamos no limbo entre o movimento LGBT e o feminista’, diz advogada que defendeu criminalizar homofobia no STF

*Em conversa com CELINA, Ananda Puchta fala sobre os apagamentos sofridos pelas mulheres lésbicas na sociedade e da importância da representatividade*

[\(O Globo, 14/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Aos 30 anos, a curitibana Ananda Puchta conquistou um feito e tanto na sua ainda curta carreira de advogada: falou na tribuna do Supremo Tribunal Federal (STF). Em sua sustentação, feita em fevereiro, defendeu a [criminalização da LGBTIfobia](#) no julgamento dos processos que pediam que a homofobia e a transfobia fossem equiparadas ao crime de racismo. A tese foi aceita pela maioria do Supremo em junho.

Mas o histórico de Ananda na defesa dos direitos das minorias já vem de antes. Ainda na faculdade, entre 2009 e 2013, iniciou sua atuação pro-bono, auxiliando nos processos de retificação de pré-nome e gênero de pessoas trans, quando isso só podia ser feito pela via judicial — desde o ano passado, também por [decisão do STF](#), a alteração pode ser feita em qualquer cartório, sem a necessidade de laudo psicológico ou comprovação de cirurgia.

Na mesma época, “saiu do armário” e apresentou a sua companheira, com quem vive até hoje, para família. O processo, segundo a advogada, não foi fácil. Nascida e criada em Curitiba, no Paraná, hoje, além de atuar no Grupo Dignidade e na Aliança Nacional LGBTI, ela também preside a Comissão de Diversidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado e é uma das fundadoras do Coletivo Cássia, fundado em 2017 por mulheres lésbicas.

Em conversa com [CELINA](#) no Mês da Visibilidade Lésbica, Ananda falou sobre como a letra L acaba invisibilizada dentro do próprio movimento [LGBTI+](#) e também no [movimento feminista](#). Para ela, o apagamento das vivências de mulheres que amam mulheres tem um impacto negativo sobre a saúde mental de jovens lésbicas e bissexuais. Uma das soluções, para a advogada, está na criação de redes de apoio e acolhimento para essas mulheres.

— É preciso mostrar que essa vida feliz é possível, que essa existência é possível — diz.

**CELINA: Agosto é o mês da Visibilidade Lésbica. Você sente que as lésbicas, em geral, são invisibilizadas? Isso acontece dentro do movimento LGBTi+?**

**Ananda Puchta:** Dentro no movimento LGBT, as mulheres lésbicas nunca tiveram um protagonismo de fato, apesar de estarem historicamente ativas. Temos várias [mulheres lésbicas](#) muito fodas nos últimos 30 anos no Brasil, mas os homens sempre aparecem como protagonistas, justamente porque é um espaço que estão acostumados a ocupar. Eles são ensinados desde cedo que ocupam esse espaço, e a gente é ensinada desde cedo que a nossa atuação é outra, é a do apoio, do cuidado. E isso tudo, para mim, tem origem no machismo. Isso vem mudando. A letra L, a partir de uma decisão da primeira conferência nacional do movimento [em 2008], passa a iniciar a sigla LGBT. Mas ainda tem muito preconceito com esse nome. Tem muitas mulheres lésbicas que falam que são gays, não lésbicas. Há uma dificuldade de falar que é lésbica. A gente se encontra nesse limbo entre o movimento feminista, que também não aceita as lésbicas muito bem, e o movimento LGBT, porque tem uma herança muito machista.

**Como esse apagamento se manifesta dentro do movimento feminista?**

Nos encontros das mulheres feministas, você raramente tem mesas que debatem a vivência de relacionamentos lésbicos ou bissexuais. Isso vem mudando, mas é complicado afirmar que as lésbicas são realmente aceitas no movimento feminista, porque não são. Existem muitos estereótipos ainda. Algumas mulheres ainda se colocam num papel machista nas relações. E não

tem a ver com vestimentas ou performar masculinidade, mas de ter relacionamentos abusivos, comportamentos de ciúmes e de fiscalização dos corpos das suas companheiras. E isso são coisas que os homens fazem. É uma auto desconstrução que o movimento lésbico precisa fazer. Mas você tem dificuldade de debater questões de saúde, questões de políticas públicas específicas. Tem uma dificuldade de pautar isso dentro do movimento feminista, justamente porque você tem mulheres lésbicas nesse papel machista e é muito difícil para as feministas debaterem essa realidade. É óbvio que você tem espaços e instituições em que esse debate acontece e que agregam as lésbicas. No movimento LGBT também. Mas, em geral, há um apagamento muito grande.

“Fiz uma defesa não tão jurídica, mais social e histórica, falando pelas pessoas que já não estão mais aqui. Não tinha porque eu estar ali senão por eles, por essas pessoas que morreram por LGBTifobia” ANANDA PUCHTA, Advogada - sobre a defesa da criminalização da LGBTifobia no STF

### **Na prática, quais são os efeitos dessa invisibilização para as mulheres lésbicas?**

A falta de conhecimento e a falta de acolhimento. Se você pega uma menina ou uma mulher lésbica que está saindo do armário no interior, por exemplo. Ela não tem muito acesso a conteúdo, ela não tem acesso a espaços onde possa conviver com outras mulheres lésbicas, onde possa debater a sua própria sexualidade. Porque não é simplesmente sair do armário, é um processo, uma descoberta. Tem várias [questões psicológicas](#) que acontecem e a falta desse acolhimento é muito nociva, principalmente para saúde mental dessas mulheres. Também rola a falta de convívio social. Muitas delas não têm círculo de amigos, não conseguem sair da bolha de dentro de casa, com a sua companheira, porque têm medo. A criação de uma rede é importante para que essas mulheres saibam o que fazer quando sofrem uma violência, onde procurar ajuda se estão em um relacionamento abusivo ou se estão tendo algum problema com a família. É informação, mas também apoio. Essa lacuna que o coletivo Cássia tenta suprir. Porque, na prática, na capilaridade, você tem muitas mulheres que sofrem todos os dias por causa da sua sexualidade, não só no mercado de trabalho, mas nas suas relações pessoais, na família, no círculo de amigos.

**Além da visibilidade, você também fala que falta representação política e faltam modelos de mulheres lésbicas em diferentes espaços. Como isso se manifesta?**

Isso vem mudando bastante nos últimos anos, com algumas atrizes globais saindo do armário. Você tem a Nanda Costa, a Bruna Linzmeyer, a Maria Maya. Alguns modelos de mulheres que não são estereotipados como “caminhoneiras”. Elas se colocam como mulheres lésbicas e mostram a sua competência de trabalho. Assim, as mulheres lésbicas começam a ver que não estão sozinhas e que existe a possibilidade de ser bem sucedida e ter uma vida feliz e aceitável por conta desses modelos. A própria vereadora [Marielle Franco](#), por exemplo. Ela levantava mais a pauta racial, feminista e da segurança pública, mas também LGBT pela vivência dela. Ela era uma mulher casada com outra mulher. O fato dessa atrocidade ter acontecido no ano passado trouxe bastante visibilidade política para as vivências das mulheres pretas, periféricas e lésbicas. Mas as sementes que nascem dessa dor são muito interessantes. A gente tem uma proximidade muito grande com a Mônica Benício, que é a viúva da Marielle. E essas representações políticas importam. É preciso mostrar para as mulheres que têm algum medo de se afirmar ou de se colocar profissionalmente por sua orientação sexual que está tudo bem, que esse momento passa, mas é um momento pelo qual você precisa passar, de autoaceitação e de reconfiguração dos círculos afetivos, porque muitas vezes os círculos familiares são nocivos. É preciso mostrar que essa vida feliz é possível, que essa existência é possível. As mulheres estão tendo menos medo de se colocar enquanto mulheres lésbicas e isso é muito importante, porque a gente precisa desses modelos para fazer uma mudança de cultura, para a sociedade entender que somos mulheres como todas as outras, a única diferença é que amamos mulheres. Isso também inclui as mulheres trans lésbicas, as mulheres bissexuais.

**Na tua experiência pessoal, têm algum episódio marcante em que sentiu preconceito por ser lésbica?** Eu me assumi na faculdade, bem cedo, mas era muito difícil não ser estigmatizada. “Lá vai a sapatão”, eu ouvia. Hoje em dia eu volto a universidade para dar palestras e vejo que é um ambiente mais tranquilo. Na minha época, era mais difícil de se colocar. E isso muitas vezes me atrelava a uma posição política que eu não tenho. Me chamavam de ‘lésbica comunista’ e eu não sou. Eu sou uma pessoa de centro. No meu estágio no Ministério Público isso foi mais latente, o ambiente era muito nocivo. O primeiro escritório em que trabalhei foi super acolhedor. Eu decidi seguir carreira autônoma para fazer a minha atuação pro-bono, mas também para não ter que me justificar para ninguém, não ter que sair do armário no ambiente de trabalho. Na advocacia em geral, você ainda tem que ter certos estereótipos de performance para ser aceito. “As mulheres estão tendo menos medo de se colocar enquanto mulheres lésbicas e isso é muito importante, porque a gente precisa desses



modelos para fazer uma mudança de cultura” ANANDA PUCHTA, Advogada

**E na sua família? Houve resistência ou foi mais tranquilo?** Eu cheguei para minha família já apresentando a minha companheira. Meu pai ficou preocupado, porque achava que eu não poderia ter uma vida confortável, por sermos duas mulheres, e tinha medo da violência na rua. Eu não performo tanto a masculinidade, até por conta da profissão, e a minha companheira também não. A gente não sofre tanta discriminação na família por conta disso. Mas um fato curioso é que eu tenho um irmão gay e a minha mãe não trata as duas vivências da mesma forma. Tem um incômodo maior com o fato de eu ser lésbica do que com o fato do meu irmão ser gay. Sei que é uma questão histórica, que as mulheres mais velhas têm essa dificuldade. É um machismo velado, na verdade, e mudar isso é difícil, é uma desconstrução diária. Foi difícil para ela. Ela dizia que eu podia casar com o homem que eu quisesse, que eu não vou ter filho biológico, que tinha outros planos para mim. Com o tempo as coisas foram se alinhando, hoje a gente convive cordialmente e se respeita.

**Você fez uma fala durante o julgamento da homotransfobia no STF, pelo Grupo Dignidade. Como foi o caminho até chegar ali? E qual foi a importância de ter uma mulher lésbica representando a comunidade LGBT naquele espaço?** No Dignidade, a gente tem uma política de representatividade. No julgamento da retificação do prenome de gênero, quem fez a sustentação foi a Gisele [Alessandra Schmidt e Silva], a primeira advogada trans do Paraná e a primeira a falar na tribuna no Supremo. Na sessão sobre doação de sangue por HSH [homens que fazem sexo com homens], foi o Rafael Kirchhoff. Como eu já vinha atuando nesse advocacy desde 2016 e ainda não tinha tido a oportunidade de fazer a sustentação, a criminalização ficou comigo. Concordando ou não com a tese, era um julgamento importante para que a gente pudesse quantificar essa violência. O fato é que a gente está morrendo e precisa que o Estado brasileiro faça alguma coisa. Muito se falou do balanceamento entre os poderes, mas as pessoas esquecem que tanto o Legislativo quanto o Executivo já foram tensionados sobre a criminalização e nenhum fez alguma coisa. O Judiciário foi a última alternativa. A gente tem uma dificuldade muito grande em passar legislações em função da composição do Congresso e, agora, o Executivo da forma que está, foi desmantelando todas as políticas públicas efetivas que tínhamos. Esse processo também foi usado pelo Supremo, para demonstrar sua força política. Para mim foi uma honra fazer essa fala. Fiquei muito feliz em receber essa incumbência, mas também muito preocupada, porque eu tenho cinco anos de carreira, apesar de atuar no Direito das minorias há quase 10. E também por ter que falar por uma comunidade tão diversa,

considerando o recorte de raça, gênero, classe. Eu tinha uma preocupação muito grande em conseguir externar para o Supremo em tão pouco tempo a complexidade da nossa comunidade. Isso me gerou uma ansiedade muito grande. Fiz uma defesa não tão jurídica, mais social e histórica, falando pelas pessoas que já não estão mais aqui. Não tinha porque eu estar ali senão por eles, por essas pessoas que morreram por LGBTIfobia. **Dentro dos casos de LGBTIfobia, quais são as violências sofridas pelas mulheres lésbicas? Essas violências também são invisibilizadas?**

Sim, são invisibilizadas. A gente tem um recorte que vai junto da Lei Maria da Penha. O Dossiê do Lesbocídio é muito importante nesse sentido. As violências contra as mulheres lésbicas não são só verbais e psicológicas. Muitas são vítimas de estupro corretivo e coletivo, para que “voltem a ser hétero”. Pelo fato de a vítima ser mulher e pelo crime ser cometido muitas vezes por pessoas da família ou por conhecidos, as notificações se confundem com as da Lei Maria da Penha. Então é difícil quantificar e por isso é bem invisibilizado. Na mídia, você vê muito pouco. Pouco se fala sobre orientação sexual da mulher vítima, se fala mais sobre a condição de ser mulher, e isso gera uma sub notificação das violências que as lésbicas sofrem. É difícil você desmitificar isso para o Poder Público. Aqui no Paraná, recentemente, a gente conseguiu fazer com que a Casa da Mulher Brasileira começasse a atender casos de violência doméstica entre casais de mulheres, por exemplo. Antes a delegacia da mulher entendia que, como não havia superioridade física, ela não tinha que intervir. Mas é um relacionamento abusivo entre mulheres, isso tem que ser tratado na delegacia da mulher. Ainda tem muito desconforto em aceitar a relação homoafetiva.

**Acha que deveriam existir políticas públicas específica para lésbicas?**

Acredito que sim, principalmente de saúde. Também é necessária uma desmistificação de algumas legislações, principalmente no que tange à Previdência Social, o INSS e os direitos trabalhistas. Você tem algumas empresas que não concedem licença-maternidade para a companheira da mulher que teve filho, você tem uma dificuldade para as mulheres conseguirem a pensão post mortem, mesmo com o casamento. Essas questões não são legisladas, a gente não tem uma legislação. O fato da criminalização ter ocorrido agora, só nos garante a proteção contra violência mais extrema, o homicídio, e contra a injúria. A lesão corporal não está

incluída na Lei de Racismo. Muito melhor seria ter uma lei como a Maria da Penha. E, com relação a saúde, você tem não políticas para o tratamento ginecológico adequado. A maioria dos ginecologistas do SUS não tem informações para prevenção de doenças nos [relacionamentos sexuais entre mulheres](#). Se fala muito pouco sobre isso na própria Medicina.

*Por Leda Antunes*

---

## **Brasil registrou 1.685 denúncias de violência contra LGBTs em 2018**

*Maioria dos relatos recebidos pelo Disque 100 cita discriminação e violação psicológica; gays e transexuais são mais atingidos, e agressões acontecem principalmente nas ruas*

**[\(O Globo, 27/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O Brasil registrou no ano passado 1.685 denúncias de violência contra a população [LGBTI](#). Os dados foram registrados pelo serviço Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), e divulgados nesta quinta-feira.

O número foi 2,03% menor do que o registrado em 2017, quando houve 1.720 casos. A quantidade de denúncias vem caindo ano após ano desde 2015. A queda, no entanto, não significa redução nos índices de [violência](#), segundo o próprio ministério.

Os dados mostram que 70,56% das denúncias foram por discriminação. Em segundo lugar, ficaram os relatos de [violência](#) psicológica, como injúria e humilhação, alcançando 47,95% dos casos. Em seguida, aparece a violência

física, que corresponde a 27,48% das violações e, por último, a violência institucional, com 11,51%.

— O Disque 100 é apenas um dos canais para trazer esses dados, ele não necessariamente reflete a realidade, porque muitas vezes as pessoas não denunciam. O decréscimo pode ser justamente por isso, porque as pessoas não denunciam por pensar que não serão respeitadas. Mas essas informações vão nos ajudar a pensar uma política pública — afirmou Marina Reidel, diretora de Promoção dos Direitos [LGBT](#) do órgão, em entrevista ao GLOBO.

O ministério também fez um balanço do perfil das vítimas que denunciaram agressões. Segundo a pasta, a maioria dos atingidos (32%) era [gays](#) . Outros 31% eram transexuais. Cerca de 9,7% das vítimas eram lésbicas e 2,5%, [bissexuais](#) . A faixa etária mais atingida pelo preconceito é a de 18 a 30 anos.

Outro dado relevante presente no balanço do MDH é o local onde a violência costuma ocorrer.

Segundo o estudo, a rua é o local onde mais acontecem violações (32,32%). A casa da vítima aparece com um alto índice (20,03%). De acordo com interpretação do ministério, o dado indica que grande parte das violações acontecem entre familiares.

A grande maioria dos agressores são heterossexuais (76%). Há violências cometidas também por gays (8,7%) e bissexuais (3%).

*Paula Ferreira*

---

## **Estupro corretivo: entenda o**

# crime de violência sexual contra lésbicas

A lei 13.718, sancionada em setembro de 2018, criou penas específicas para novas formas de violência contra mulheres e LGBTs. Novas, porém, elas são apenas no que diz respeito à legislação: são agressões praticadas muito antes da criação da lei e, entre elas, está o chamado estupro corretivo, prática violenta de que lésbicas, em sua maioria, além de gays e trans, relatam ser vítimas.

[\(Universa, 04/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo o texto, o estupro corretivo é uma tentativa de “controlar o comportamento social ou sexual da vítima.” Ou seja, é quando o crime é cometido na tentativa de “corrigir” uma característica da vítima, como sua orientação sexual da vítima ou identidade de gênero.

Segundo a advogada especializada em direitos das mulheres Gabriela de Souza, lésbicas são os alvos principais. Ela, que já atende dois casos com essa tipificação, afirma que as mulheres relatam ouvir frases homofóbicas no momento da violência. Comentários como “você vai conhecer um homem de verdade e aprender a gostar disso” ou “você vai virar mulher de verdade” estão entre essas frases. “São agressões com falas sempre muito violentas e ligadas à não aceitação da exposição das mulheres como lésbicas”, diz Gabriela.

## **Aumento de pena**

A proposta de inserir o termo estupro corretivo em nossa legislação foi levada à Câmara dos Deputados em 2017, pela então deputada Tia Eron (PRB-BA), nomeada nova secretária de Políticas Públicas para Mulheres do Ministério de Mulher, Família e Direitos Humanos. Foi anexado a outros textos que já tramitavam no Congresso e aprovado no ano passado.

Com a nova lei, se comprovado o estupro corretivo, a pena para o crime de estupro, que é de seis a dez anos, aumenta de um terço a dois terços

-podendo ir de oito a 17 anos de prisão-, de acordo com a advogada Ananda Hadah Rodrigues Puchta, especialista em direitos humanos.

“Mas entra como aumento da pena de todos os crimes sexuais contra vulneráveis (menores de 14 anos) e crimes contra a liberdade sexual”, explica Ananda. Entre esses crimes estão o de importunação sexual (pena de um a cinco anos) e assédio sexual (pena de um a dois anos).

### **Machismo extremo**

Como explica Gabriela, o termo já vem sendo usado por movimentos feministas e LGBTs há pelo menos 20 anos. “Mas é uma prática milenar a de tentar ‘corrigir’ lésbicas. Apenas foi nomeada mais recentemente”, diz.

“É o machismo extremo quando o homem acredita que, por ser o ‘macho’ e possuir o falo, tem o poder de corrigir uma mulher que ele julga ter um comportamento errado”, diz ela, que acredita ser um avanço incluir o termo no Código Penal, ainda que tardiamente.

### **Dossiê do lesbocídio**

Não há números de casos de estupros corretivos no Brasil. No geral, são registrados apenas como estupro, que ainda assim é um crime subnotificado, o que significa que as ocorrências são muito maiores do que as denúncias realizadas pelas vítimas.

Um dos raros levantamentos sobre violências cometidas contra lésbicas, o “[Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil](#)”, lançado no ano passado, mostra que, em 2017, houve 54 mortes de lésbicas no país, sendo que em 3% dos casos foi cometido estupro seguido de assassinato (o número da porcentagem foi arredondado para fechar a soma referente aos outros tipos de crime). Mas nem todo caso de estupro corretivo é seguido de morte.

*Camila Brandalise*

---

# Dia do orgulho LGBT: e as sapatação?, por Camila Marins

*Em pautas como a parada LGBT, as fotos e as declarações são tomadas por uma maioria de homens cis e brancos*

**[\(Brasil de Fato, 28/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Dia 28 de junho é o dia do orgulho LGBT, marcado pela Revolta de StoneWall, um levante de lésbicas, trans, gays e bissexuais contra a violência policial, nos Estados Unidos. Para iniciar este artigo, recorro à fala de Neusa das Dores, uma das idealizadoras e organizadoras do 1º Seminário Nacional de Lésbicas, realizado em 1996, no Rio de Janeiro. Em uma entrevista, ela contou sobre três elementos que formam um triângulo: visibilidade, saúde e estratégia de organização.

Quando falamos em visibilidade pensamos em comunicação e, portanto, nos apagamentos que a mídia promove. Em pautas específicas, como a parada LGBT, as fotos e as declarações são tomadas por uma maioria de homens cis e brancos. Para além de fala nas pautas específicas, precisamos articular uma comunicação interseccional. Isso significa pautar as mulheres lésbicas em matérias sobre feminicídio, saúde pública, educação, economia. E nessa intersecção dar visibilidade às mulheres lésbicas negras pobres. Articular raça e classe numa comunicação que possibilite mover as estruturas hegemônicas.

Quando falamos em feminicídio, falamos em estupro corretivo e os dados do Dossiê Lesbocídio apontam o aumento de 150% de mortes de lésbicas em quatro anos. Quando falamos em saúde pública, podemos falar sobre a falta de um protocolo de saúde que promova acolhimento às mulheres lésbicas que, muitas vezes, são expulsas dos ambulatórios sem fazer o exame preventivo, já que apagam nossa sexualidade. Quando falamos em educação pública, isso também significa falar sobre a evasão de lésbicas de escolas e universidades por conta de lesbofobia e esta situação piora em tempos de Escola Sem Partido, que interdita o debate de gênero. Esta reflexão se

estende aos meios de comunicação privados e alternativos.

Uma pesquisa da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) aponta que nós, mulheres, somos maioria da categoria, mas este número não se reflete no mercado de trabalho. Os cargos de chefia são ocupados majoritariamente por homens. A garantia da visibilidade também perpassa por uma questão central: a empregabilidade de mulheres lésbicas que quando reconhecidas pelo ativismo tornam-se consultoras de uma redação. Os veículos de comunicação não abrem espaço para colunas específicas para lésbicas. Visibilidade pode produzir sentidos de resistência e organização. Uma comunicação, enfim, feita por e para lésbicas. Passou da hora dos veículos abrirem seus armários e enfrentarem com seriedade essa discussão.

Ocupa tudo, sapatão!

*Camila Marins é jornalista e ativista lésbica.*

---

## **Cresce número de denúncias de estupros “corretivos” contra lésbicas, segundo especialista**

As denúncias de estupro “corretivo” contra lésbicas têm aumentado, segundo especialista ouvida nesta quarta-feira (20) no espaço “Tribuna das Mulheres” da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara.

**[\(Câmara Notícias, 20/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Janaína Oliveira, da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, explicou que os casos de estupro como tentativa de corrigir mulheres lésbicas e bissexuais têm aumentado nas comunicações pelo telefone 180, que é um número para denúncias de violência contra a mulher.



Janaína reclama da falta de dados sobre esses casos, como o total de investigações realizadas e de punições aplicadas. Ela explicou que, de maneira geral, é difícil ter dados específicos sobre casos de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais e citou estudo de grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro que identificou um aumento dos assassinatos de lésbicas entre 2000 e 2017, no Brasil.

De acordo com o estudo, foram apenas dois casos registrados no ano 2000 e entre 2014 e 2017, o total foi de 126. Os órgãos de Segurança Pública, segundo Janaína, registram redução da violência contra mulheres brancas; mas há aumento contra mulheres negras. Ela acredita que o mesmo ocorra contra mulheres lésbicas e bissexuais.

Janaína relatou duas experiências pessoais da dificuldade da sociedade brasileira em aceitar os relacionamentos entre mulheres.

“Eu tenho uma relação que vai fazer agora 17 anos e eu particularmente não ando com ela de mãos dadas, porque eu tenho medo de sofrer uma violência na rua. A gente ouve diariamente relatos de companheiras neste sentido”, lamentou.

Ela também falou sobre preconceito no campo de saúde, que no tratamento ginecológico apenas lida a partir de uma relação heteronormativa. “Eu fiz o meu primeiro preventivo aos 30 anos, porque foram muito difíceis as primeiras consultas. Me perguntavam se eu tinha um marido, se eu tinha filhos, se eu já fiz aborto. Toda uma linha que não trazia a minha realidade de relação”, relatou.

Presidente da comissão, a deputada Ana Perugini (PT-SP) disse que muitas vezes a violência é institucionalizada e parte de comentários de investigadores policiais e até de deputados.

## **Violência na Copa da Rússia**

Perugini recomendou ainda que a comissão acompanhe os desdobramentos das ações contra os torcedores brasileiros na Copa do Mundo na Rússia que aparecem em vídeos nos quais fazem mulheres russas repetirem frases com conteúdo sexual.

## **Imigrantes nos Estados Unidos**

A deputada também informou que vai pedir informações ao Itamaraty sobre as ações do governo americano contra imigrantes. Ana Perugini chamou de “tortura” a separação de crianças de seus pais e quer saber quantos brasileiros estão nesta situação.

*Sílvia Mugnatto; Edição - Geórgia Moraes*

---

# **Jovens indígenas incluem pauta LGBT no debate**

*Juventude discute a questão LGBT e pretende levar o tema para o conjunto do movimento indígena*

**[\(A Pública, 30/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O tema chamou atenção pela novidade: pela primeira vez a juventude indígena inclui um grupo de discussão sobre gênero e homossexualidade em um Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (Enei). Essa foi a quinta edição do encontro, realizado em setembro de 2017 em Salvador, Bahia.

Durante cinco dias, universitários indígenas de todo o país se reuniram no Museu de Ciência e Tecnologia da Uneb - debateram com acadêmicos, lideranças indígenas e grupos de discussão pautas tradicionais do movimento indígena - como a demarcação de terras e autonomia - e assuntos mais diretamente ligados à vivência da juventude: políticas de educação, racismo, compromisso em contribuir com o movimento após o término da universidade e a questão LGBT.



Lideranças nacionais, como Sônia Guajajara, também participaram do

Encontro (Foto: André Oliveira/Agência Pública)

“A gente teve a primeira conversa num seminário da juventude indígena no Maranhão, no início de 2017. Lá eu puxei essa pauta, por preocupação mesmo, porque no nosso estado [Mato Grosso] a gente tem vários indígenas LGBTQs e essa pauta não é falada. Eu puxei justamente para aqueles indígenas que estavam ali ajudarem a gente a pensar: ‘Por que falar desse tema? É necessário? É interessante?’. Quando teve o Enei na Bahia, por incrível que pareça, os organizadores do encontro colocaram um minicurso sobre esse tema”, conta Tipuici Manoki, recém-formada em ciências sociais pela UFMT, militante do movimento indígena e uma das lideranças do incipiente movimento LGBTQ indígena.

Na sala do minicurso, como foi chamado pelos organizadores, jovens indígenas compartilharam relatos e dúvidas. “Foi bem bom. Tinha professores, tinha lideranças participando. E os professores indígenas se mostraram bastante preocupados com essa pauta porque eles acham necessário falar sobre isso nas escolas indígenas. Eles se preocupam com isso porque... existe, né? Existem LGBTQs indígenas”, diz Tipuici.

A conversa rendeu frutos, como conta Erisvan Bone, jornalista formado há dois anos pela UFMA: “A partir daí teve a ideia de a gente criar um grupo de LGBTQs no Facebook pra discutir e pra levantar essa bandeira dentro das terras indígenas, pra que eles possam conhecer e respeitar os LGBTQs. Porque alguns sofrem discriminação dentro de suas terras. Então é uma coisa que ainda tá criando asas, mas que a gente está querendo fortalecer. A gente está querendo conversar com as organizações de base que nós temos, que são a Coiab e a Apib, pra que elas possam levantar essa bandeira e possam discutir essa temática dentro dos nossos encontros, pra abrir um pouco a mente dos parentes”.

### **Existe índio gay?**

Na opinião do antropólogo e professor da Universidade Federal de Rondônia Estevão Fernandes, autor do livro *Existe índio gay? — A colonização das sexualidades indígenas no Brasil*, o movimento indígena brasileiro “ainda é um pouco refratário a essa temática”. Segundo Fernandes, isso ocorre

porque o movimento “é muito pautado ainda por questões dos anos 70 e 80: meio ambiente, demarcação”. Há “pouco espaço para pautar demandas como juventude, sexualidade. Ainda tem um pouco essa coisa de ‘não vamos prestar atenção nisso porque temos coisas mais importantes para pensar’”, opina o professor.



Livro do antropólogo Estevão Fernandes (Foto: Reprodução)

Uma percepção semelhante à do jovem Erisvan: “Quando a Tipuici tentou levantar isso em São Luís, a gente percebeu que algumas pessoas não gostaram do fato de ela falar como LGBT indígena”. Mesmo entre as lideranças há resistência, comenta a própria Tipuici: “Nós temos lideranças jovens no movimento nacional, no movimento estadual, que são LGBTs e que não falam do assunto. Têm medo, né? E eles estão corretos, porque eu creio que não vai ser aplaudido. O povo ainda é muito fechado. É um tabu dentro do movimento indígena”.

A questão foi pouquíssimo tratada também na área de pesquisa acadêmica, diz o antropólogo Estevão Fernandes: “Eu vi que fora do Brasil havia bastante pesquisa sobre LGBTs indígenas e aqui não havia. Então a minha pesquisa começou com esta questão: por que aqui não tem? Se fora do Brasil a questão de gênero e sexualidade é tão frequente nos movimentos indígenas, por que aqui ninguém pauta isso? Então acabou sendo um pouco a etnografia da ausência. O também antropólogo e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina Diógenes Cariaga complementa: “O que a gente não pode deixar de colocar em evidência é que todos os registros, tanto históricos quanto etnográficos [da sexualidade indígena], quanto o próprio registro da história da sexualidade em geral, são pautados por um discurso conservador da moralidade católica. Isso não é uma questão só que envolve a homossexualidade indígena; a história da homossexualidade é completamente construída sob um discurso que repreende, que nega”.

“O primeiro caso de homofobia que aconteceu no Brasil foi com um indígena tupinambá do Maranhão”, conta Tipuici. “Ele foi colocado na bucha de

canhão e foi esfaqueado. A Igreja usou ele como exemplo pra que não existisse mais relação homoafetiva dentro da comunidade. Então a gente sabe que isso não é de agora: a proibição veio de fora - mas a prática é de dentro”.

Segundo Fernandes “os relatos de matança de indígenas LGBT, como a gente chamaria hoje, ou homodesejantes, ou qualquer coisa que a gente chame no nosso léxico, são muito antigos. Era praxe, assim como era praxe estuprar uma indígena para tomá-la como escrava. A colonização necessariamente domina cada pedacinho da vida do colonizado, inclusive essa parte mais afetiva”.

### **Transposição de conceitos**

Outro fator complica a pesquisa acadêmica na área: transpor os conceitos das teorias de gênero e sexualidade utilizadas no mundo não indígena pode levar a erros graves de interpretação, como explica Cariaga: “Quando se fala das práticas sexuais indígenas, nomeá-las enquanto homossexuais ou homoafetivas às vezes nem faz sentido, porque o contexto da prática ou a moralidade do grupo é completamente diferente da nossa. Em alguns casos, não faz parte do registro da sexualidade, da vida comum, essa ordem do discurso que nós temos, do tipo ‘duas pessoas do mesmo sexo fazendo carinho logo são homossexuais’. São dois modos de pensar o mundo muito diferentes. O próprio corpo nu. Quem impôs a cobertura do corpo dos índios foi o contato. Mais do que uma moralidade heteronormativa, a primeira forma de normatização desses corpos indígenas foi colocar roupa, introjetar uma noção de pudor, de vergonha”, diz o antropólogo.



O V Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas reuniu universitários de todo o país (Foto: André Oliveira/Agência Pública)

Nos dias atuais, a entrada massiva das religiões evangélicas nas aldeias também traz mais uma dificuldade para os indígenas que fogem do padrão heteronormativo. “Os neopentecostais causaram um êxodo tremendo de indígenas LGBT porque, mais que a Igreja Católica inclusive, eles têm ensinado aos indígenas como ter preconceito”, afirma Fernandes.

A homofobia presente na sociedade brasileira é outra dificuldade, como diz o jovem Erisvan. “A gente já sofre preconceito por ser indígena, já sofre o racismo, né? Então você ser indígena e ser um LGBT é sofrer um preconceito duplo.”

Essas dificuldades não desanimam o grupo criado a partir do encontro no Enei. “A gente não quer se colocar nas caixinhas; por enquanto a gente está apenas falando de LGBTs indígenas, não é nem um movimento ainda. A gente ainda precisa discutir. Mas é necessário. Apesar de ser uma pauta que ainda está começando, a gente pretende ampliá-la para o movimento indígena”, diz Tipuici.

Erisvan fala dos próximos passos a serem dados pelo grupo: “Esse ano a gente pretende trazer esse tema no Acampamento Terra Livre, que é o maior evento que reúne os indígenas, pra ver qual vai ser a reação dos parentes. E a partir daí a gente vai começar a trabalhar mais a fundo. A gente está disposto a conversar numa boa, tentar explicar aos parentes que quiserem ouvir e compreender que nós temos LGBTs indígenas, sim, e que tem muitos que não se assumiram ainda, que estão guardando pra si e estão se sentindo muito mal. Eu acho que a galera precisa entender que toda forma de amar é possível e que os parentes precisam ser respeitados”.

## **Erisvan Bone, 28 anos, jornalista, indígena Guajajara**



“A gente já sofre preconceito por ser indígena, já sofre o racismo, né? Então você ser indígena e ser um LGBT é sofrer um preconceito duplo”, diz Erisvan Bone (Foto: André Oliveira/Agência Pública)

Dentro do meu povo, quando surgiram os primeiros LGBTs, eles estranhavam, não aceitavam muito. A aceitação dentro da própria aldeia foi com o tempo; as pessoas foram compreendendo que a pessoa gostava de outra pessoa do mesmo sexo, mas não foi da noite pro dia; foi um período longo. Hoje já é bem aceito, os LGBTs são bem respeitados, inclusive na minha aldeia, quando tem rituais do nosso povo, quem anima mais mesmo

são os LGBTs. São eles que cantam, que dançam, eles vêm de saia, vêm montados, animam a noite toda... Então hoje os caciques mandam buscar esses indígenas que sabem animar.

Pra mim foi um processo meio complicado. Desde criança eu já sabia da minha orientação, só que sempre vem aquele receio da família. Eu me relacionava com outras pessoas escondido, ficava com medo de alguém saber, mas, quando eu tive que sair da aldeia pra estudar fora, minha mente foi abrindo um pouco mais e eu fui criando um pouco mais de coragem. Ouvi relatos de outras pessoas, relatos de amigos... E a partir daí decidi “sair do armário”, como o povo fala, né? Mas ainda com medo da aceitação da minha família, dos amigos, dos parentes. Tanto que eu me assumi mesmo pra minha família tem só sete meses. Ontem fez sete meses que estou namorando, e esse namoro foi o primeiro que eu assumi pra minha família e pra todo mundo, porque eu coloquei o status de “relacionamento sério” com ele no Facebook. Então causou aquele impacto, né?

Já levei ele na aldeia uma vez e foi muito bem recebido por todos, foi muito bom, muito gratificante, mas mesmo assim ainda tenho um receio. Não sei o que eles pensam, tem alguns que ainda olham meio torto... Mas a cada dia que passa a gente vê que a situação tá melhorando mais.

## **Tipuici Manoki, 30 anos, cientista social, povo Manoki**



Tipuici Manoki, recém-formada em ciências sociais pela UFMT, é militante do movimento indígena e uma das lideranças do incipiente movimento LGBT indígena (Foto: André Oliveira/Agência Pública)

Aqui dentro da aldeia não tem pessoas assumidas. Embora eu milite pela causa, aqui na minha comunidade eu não falei sobre esse assunto ainda. Mas alguns jovens já conhecem essa pauta. Então por isso a nossa preocupação: como trazer pra dentro da comunidade? Porque os nossos mais velhos foram criados na missão [jesuíta] por padres, então é tudo muito proibido. Não era; mas se tornou depois que veio essa religião pra dentro da nossa comunidade.

Eu sempre soube [que era uma pessoa LGBT]. Mas depois que eu cheguei na idade de 14 anos, que você começa a descobrir os amores da vida, aí eu passei a me entender melhor. Eu não sei, talvez a gente nasça assim... não tem explicação, sabe? Mas pra assumir mesmo aqui na aldeia é complicado. A parte de ter que falar sobre isso... essa parte que é complicada. Ser, não.

Aqui na aldeia as pessoas mais próximas, que são meus primos, são as pessoas que sabem da minha orientação; mas no todo, na comunidade, acho que as pessoas sabem, mas não falam no assunto. E eu também não falo. Eu não me sinto obrigada a falar. Nunca um irmão ou irmã hetero chegou pra minha família e disse “ai, mãe, sou hetero”. E eu também não me sinto obrigada a fazer isso, não.

Eu acho que o motivo pra gente falar sobre esse assunto é porque nós existimos, nós estamos aqui! E às vezes nós somos invisibilizados pelo que nós somos. E nós também fazemos parte do movimento nacional, então por isso temos que falar disso.

Esta reportagem faz parte do *Especial Amazônia Resiste*, da **Agência Pública**.

*Sofia Amaral*



---

## **“Vai virar mulher de verdade”: lésbicas são vítimas de estupro corretivo**

Numa noite de 2014, enquanto voltava da faculdade, Lais\*, 25, foi abordada



por dois homens. “Eu me lembro dos risos, do quanto me causaram medo mesmo antes de me chamar. E a pergunta: ‘Você é homem ou mulher? Segura ela aí que eu vou conferir”.

[\(UOL, 02/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Ela é lésbica e foi estuprada pelos dois, que diziam: “Toma, mulher macho”. “Fui estuprada por ser lésbica e estar caracterizada enquanto lésbica”, diz. O que Lais sofreu é conhecido como estupro corretivo: um crime que atinge mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans, no qual o abusador quer “corrigir” a orientação sexual ou o gênero da vítima

### **“Vai aprender a gostar de homem”**

Apesar de se tratar de uma violência sexual contra a mulher, o estupro corretivo traz peculiaridades que o diferenciam do estupro contra mulheres presumidas como heterossexuais. “Há nele um requinte de machismo associado à lesbofobia, o que traz uma enorme crueldade.”, explica Irina Karla Bacci, mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília, ex-ouvidora do Ministério de Direitos Humanos.

O crime une o abuso do corpo da mulher com o preconceito que parte da ideia de que é possível se mudar a orientação sexual da lésbica. “Os pais e homens, como um todo, entendem que podem fazer esse tipo de crime, para corrigir a orientação da mulher”, diz a especialista.

Segundo ela, nesses crimes, os abusadores agem com mais violência, por considerarem a mulher mais frágil, mas, por ser lésbica, merecer “sofrer como um homem”. É comum também a pregação, com frases como “vai aprender a gostar de homem” ou “agora você vira mulher de verdade”.

### **Elas não se sentem confortáveis para denunciar**

Os dados sobre esse tipo de crime são poucos e restritos. O Ministério de Direitos Humanos, por exemplo, recebeu, através do Disque 100, 19 denúncias de abuso sexual e oito de estupro em 2016, mas os números divulgados não especificam quem foram as vítimas dos crimes sexuais. Além disso, existe um problema de pouca notificação quando os crimes acontecem.

“A realidade, provavelmente, é pior do que o que é reportado. Mas nós sabemos que quando se trata de violência contra a mulher lésbica o que predomina é o estupro, seguido da violência física, que pode chegar a ser fatal”, diz a diretora de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério de Direitos Humanos, Mariana Reidel. Ela cita o medo de se expor e de ser mal atendida como os principais motivos que levam as mulheres a desistirem da denúncia.

Irina Bacci complementa dizendo que, nos boletins de ocorrência, a orientação sexual não é informada. “Em uma sociedade que entende que toda mulher se relaciona com homens, a mulher lésbica se torna invisível”.

O problema disso, para ela, é que dificulta a prevenção e o combate aos crimes. Mariana Reidel afirmou que o Ministério está reunindo dados de diferentes plataformas, como o disque 180 e o SUS, para trabalhar a questão.

Outra informação alarmante que Irina cita é o crescimento de sites que incentivam o crime. “Esses links ensinam o estupro corretivo de mulheres, estimulando que aconteça em faculdades ou regiões frequentadas por lésbicas”, diz ela.

## **Depressão e medo**

Ciente de que isso acontece e da falta de dados oficiais, a estudante de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Milena Carneiro, 23, decidiu fazer uma pesquisa por conta. Através do projeto Lesbocídio, que conta histórias e levanta dados de violência contra a mulher lésbica, ela pretende obter um panorama mais real do que acontece.

“O estudo ainda está em andamento, mas, dos 40 formulários que já analisei, pude ver que em metade dos casos de violência contra lésbicas acontece violência sexual. Essa coisa do homem que quer enquadrar a mulher no modelo sexual, fazer ela ‘virar mulher de verdade’”, diz ela.

Seu levantamento também mostrou que as consequências para as vítimas são muitas. “Elas acabam desenvolvendo algum quadro depressivo, medo de sair na rua. E não contam com apoio do estado para lidar com isso”.

## **Recuperação difícil**

Lais, por exemplo, optou por não procurar a polícia depois do que viveu. “Sabia que o atendimento seria outra agressão”. Decidiu lidar sozinha com o trauma.

“Entre um diagnóstico de depressão severa e transtorno de ansiedade generalizada e a incapacidade subsequente de sair da cama, além de pesadelos recorrentes e insuportáveis, tranquei a faculdade, voltei para a casa de meus pais, e entrei em reclusão, sob tratamento psiquiátrico, na tentativa de me recuperar”, diz ela.

Com tratamento e escrevendo muito sobre o que viveu, reconheceu outros abusos do passado e começou a se curar. “Consegui me abrir mais e fui diagnosticada propriamente. Eu estava há anos sendo tratada por ansiedade e depressão, mas ambos eram provenientes do transtorno de estresse pós-traumático”.

Hoje, ela se vê fortalecida. “Irônico é que desse fundo do poço, dessa dor no peito tão forte que me tirava o ar, minha mente tirou a sensação que eu tanto procurava: de que tudo poderia ficar bem”.

## **A solução estaria na educação**

Atualmente, o Ministério de Direitos Humanos não conta com uma ação específica para lidar com a questão. “A gente tenta construir uma política unificada, mas pensando em respeito a esses recortes”, diz Mariana Reidel.

Mas para Irina Bacci, para lidar com os estupros corretivos, o primeiro passo é o Estado entender que as mulheres, são, de fato, uma parte da população e que existem mulheres lésbicas que sofrem violências únicas por isso.

“Se o Estado não reconhecer, não vai enfrentar. É preciso ter uma posição firme, por meio de educação e campanha. Quando se nega o debate de gênero, orientação sexual e sexualidade como um todo dentro das escolas, acaba legitimando o discurso de ódio que vem ganhando cada vez mais espaço e é a base para esse tipo de violência”.

\*A entrevistada pediu que sua identidade fosse preservada

*Helena Bertho*

---

# **Juiz reconhece que Lei Maria da Penha pode ser usada em relação entre mulheres**

*De acordo com Vitor Umbelino Soares Junior, da Comarca de Rio Verde (GO), 'a violência contra a mulher baseada no gênero refere-se à uma espécie de sujeição psicossocial e cultural, relação de subordinação ou qualquer forma de dominação do agressor ou agressora frente à vítima, atraindo a incidência da legislação protetiva'*

**[\(O Estado de S. Paulo, 02/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

Um juiz de Goiás reconheceu que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada em relações homoafetivas entre mulheres. Titular do Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher da comarca de Rio Verde, Vitor Umbelino Soares Junior tomou a decisão na sexta-feira, 29, com base em outros julgamentos que já aconteceram no Brasil.

A vítima, que não teve o nome divulgado, havia relatado que conviveu em união estável com a indiciada por três anos, estando separadas há aproximadamente cinco meses. Após o término do relacionamento, ela passou a ser ameaçada constantemente e foi agredida com tapas e socos.

No depoimento, a vítima também disse que 'no dia 5 de março de 2017, por volta das 20h30min, a ofendida tentou conversar com a indiciada para resolverem tal situação, porém, sem êxito'.

“Em seguida, a requerida agrediu novamente a vítima com um puxão de

cabelo, afirmando que ela não ficaria com mais ninguém, e que faria da sua vida um inferno. Por fim, disse também que prejudicaria a ofendida em seu trabalho, descansando apenas quando conseguisse que ela fosse mandada embora.”

O juiz reconheceu a prática de crime entre companheiras do sexo feminino, no âmbito das relações domésticas, com a presença de indícios de submissão de uma em relação à outra. Umbelino discordou do posicionamento do Ministério Público, que havia se manifestado contrário ao processamento dos autos junto ao Juizado de Violência Doméstica.

“Após análise da narração fática, bem como dos elementos preliminarmente colhidos pela autoridade policial, ao contrário do que entendeu o ilustre representante do Ministério Público, observa-se que os fatos descritos no caderno processual caracterizam, ao menos em tese, infrações penais decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher”, afirmou o juiz na decisão.

De acordo com o magistrado, a violência contra a mulher baseada no gênero refere-se à uma espécie de sujeição psicossocial e cultural, relação de subordinação ou qualquer forma de dominação do agressor ou agressora frente à vítima, atraindo a incidência da legislação protetiva, cujo objetivo central é a proteção da mulher no âmbito de sua comunidade, entendida esta como o grupo de pessoas com as quais ela convive.

“Os referidos dispositivos legais que veiculam preceitos preliminares e gerais da lei em evidência afastam qualquer dúvida sobre quem se buscou tutelar: a mulher, ou melhor, toda mulher, independentemente de sua orientação sexual. Logo, se a Lei 11.340/2006 foi editada com o escopo de coibir a violência doméstica e familiar contra toda mulher, sem exceções, é claro que se aplica às relações homoafetivas entre duas mulheres”, argumentou o juiz.

Na decisão, Umbelino citou um trecho do artigo ‘A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher’, da jurista, advogada e desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias.

“A Lei Maria da Penha, de modo expresso, enlaça no conceito de família as uniões homoafetivas. Diz o seu artigo 2.º: Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual (...) goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. O parágrafo único do artigo 5.º reitera que independem de orientação sexual todas as situações que configuram violência doméstica e familiar.”

O juiz também citou a jurisprudência dos Tribunais de Justiça de Goiás, de Minas e do Rio Grande do Sul, que já tomaram decisões favoráveis à Lei Maria da Penha em casos de violência doméstica envolvendo duas mulheres.

Vitor Umbelino Soares Junior entendeu que a melhor forma de dar cumprimento à decisão era lançar mão da aplicação analógica do artigo 28 do Código de Processo Penal, com conseqüente remessa dos autos ao procurador-geral de Justiça de Goiás ‘para adoção das providências que entender cabíveis, como por exemplo a designação de outro promotor de Justiça para atuação no feito’.

*Luiz Fernando Teixeira*

---

## **Estupro corretivo em lésbicas é usado em clínicas da América do Sul**

Clínicas de reabilitação de dependentes químicos e alcoolismo de países sul-americanos, como Equador e Peru, recebem comprovadamente pacientes gays, lésbicas e trans para tratamento de reversão sexual ou cura gay. A maioria dessas unidades, ditas terapêuticas, é ligada a igrejas cristãs. No Brasil, o Ministério Público Federal investiga indícios de processo similar em pelo menos seis centros.

[\(Metrópoles, 21/09/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2011, [autoridades fecharam 30 clínicas](#) que tratavam ilegalmente de gays, lésbicas e trans. Os relatos eram chocantes e tiveram [repercussão internacional](#). Torturas e abusos de toda ordem. Uma das práticas denunciadas era o estupro corretivo em mulheres lésbicas. Os relatos chegaram a então ministra da saúde do Equador, Carina Vance. Funcionários desses centros cristãos violentavam internas para que pudessem sentir o “verdadeiro e genuíno prazer sexual de uma prática abençoada por Deus”.

A fotógrafa equatoriana Paola Paredes, lésbica assumida, sentiu na pele esse risco e resolveu investigar o que acontecia nessas unidades, algumas chamadas “clínicas de Cristo”. O resultado é o ensaio fotográfico “Até Que Você Mude”, uma alusão à capacidade de resistência e, posterior, libertação da interna.

Paola Paredes constatou todas as denúncias, como o estupro corretivo, quatro anos depois desse escândalo e encenou as situações descritas pelas mulheres lésbicas internadas por pais religiosos. Um dos momentos mais revoltantes que Paola passou foi ter presenciado mulheres sendo obrigadas a se maquiar, usar roupas femininas e desfilarem de salto alto em atos de humilhação e escárnio. Os áudios foram captados por um gravador colocado no sutiã.

*“A perversão dos medicamentos e livros religiosos, o regime forçado da feminilidade, tortura e o espectro do estupro corretivo”*

Paola Paredes

Como não podia entrar com câmera nas clínicas, Paola reproduziu as cenas em fotos nas quais ela protagoniza as situações repugnantes, colocando-se no lugar das mulheres violadas. Há relatos de tortura física, lavagem cerebral por meio de orações e toda ordem de maus-tratos.

*“Algumas das mais extremas dessas práticas incluíam o uso de restrições de toda ordem, tranquilizantes, espancamentos, retenção de alimentos e outras formas de tratamento humilhante. A maioria dos pacientes é sequestrada e drogada contra a vontade por sua própria família”*

Paola Paredes

No Peru, há um índice assustador de estupro corretivo consumado nas próprias casas, em clínicas ou em locais de trabalho. Os dados estão no “Anual Sobre os Direitos Humanos de Pessoas Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais no Peru 2014-2015”. Um dos casos mais impactantes foi o de uma jornalista lésbica estuprada durante um encontro de comunicadores. O crime levou à gravidez.

Outro estudo, “Estado de Violência: Diagnóstico da Situação das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais e Queer na Lima Metropolitana”, levantou números alarmantes: a cada 10 lésbicas, cerca de 4,3 foram submetidas de algum tipo de violência em família, sendo que 22% da violência familiar ocorria de forma sistemática. Para corrigir a homossexualidade, “são usados o controle emocional, econômico e inclusive a ameaça de violência sexual ou morte”.

No Brasil, corre em sigilo no Ministério Público investigação que apura indícios de que seis instituições similares à do Equador tratam clandestinamente de homossexuais. Algumas ligadas a igrejas cristãs dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe. Num dos relatos, um jovem de 21 anos, atleta e jogador de futebol, foi sequestrado por enfermeiros em Belo Horizonte enquanto dormia em sua casa. Ele foi levado a uma clínica de reabilitação de drogas a pedido da mãe evangélica. Ficou dois meses internado.

O ensaio de Paola Paredes provoca o risco de concessões como a que aconteceu nesta semana no Brasil, na qual a Justiça Federal do DF permite que psicólogos tratem quem quiser “voluntariamente”. A medida é movida pelos chamados “psicólogos de Cristo”, alguns ligados a igrejas e com registros já cassados pelo Conselho Federal de Psicologia.

*Sérgio Maggio*